

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



MOBILIZAÇÃO IMPEDE LICITAÇÃO IRREGULAR EM MONTES CLAROS



Ação jurídica e intensa mobilização dos trabalhadores garantem os serviços de saneamento sob a responsabilidade da Copasa. Página 4

COPANOR : AINDA SEM ACORDO COLETIVO PCCS, plano de saúde, tíquete alimentação

A Copanor ainda está sem acordo coletivo assinado, com reclamações dos trabalhadores pela falta de direitos essenciais como um plano de cargos e salários, definição de plano de saúde, e inúmeros benefícios recebidos pelos trabalhadores na Copasa que são negados na subsidiária. A empresa afirmou que anunciará medidas para a Copanor durante reunião em Teófilo Otoni.

PDI pode ser definido em breve

O Plano de Desligamento Incentivado (PDI) deve ser anunciado no início de novembro. O programa está em fase de arremates finais. Página 3

Pará de Minas depois da privatização dos serviços

A população em Pará de Minas tem motivos de sobra para se revoltar contra a iniciativa politiquera do prefeito municipal de entregar os serviços de saneamento para a iniciativa privada. O caos está instalado, com erros de operação, rompimento de adutora inundando a cidade, rompendo ruas e jogando fora volume precioso da água cada vez mais escassa.

O exemplo de Pará de Minas é um alerta sobre o que pode acontecer nos demais municípios que tirem a responsabilidade do Estado pelo saneamento e entregá-lo à ânsia da iniciativa privada pelo lucro.



Copasa afirma que regularizará exames médicos periódicos

Os trabalhadores continuam reclamando de problemas para realizarem determinados procedimentos dentro do “exame periódico” de saúde.

Depois de inúmeras cobranças do Sindicato e alerta de que os exames completos são imprescindíveis, lembrando-se, sobretudo, o grande volume de trabalhadores que exercem atividade em condições de periculosidade e insalubridade, o diretor de Gestão Corporativa da Copasa, Francisco Cançado, afirmou

que promoveu reunião com os médicos e orientou-os a autorizarem a realização de procedimentos que entendam como necessários.

Apesar de assumido este compromisso pela empresa, o Sindicato alerta aos trabalhadores para nos comunicarem qualquer ocorrência em contrário, para que a irregularidade nos exames periódicos não tenha continuidade em qualquer ponto do Estado. Precisamos ficar atentos e cobrar este direito, pois trata-se da nossa saúde.



ACORDO COMEÇA A COLOCAR UM FIM NO REP

O transtorno de dois registros de ponto para acessar a empresa vai chegando ao fim. Hoje, inúmeros trabalhadores vêm sendo prejudicados por esquecerem de fazer o registro eletrônico de ponto (REP), depois de passarem pelas catracas com seus cartões.

Acordo assinado pelo Sindicato com a empresa permite que não seja mais obrigatório o REP no Cercadinho e Regional. Outras áreas que queiram o mesmo benefício é só manifestarem à empresa.

TRABALHADORES BANCAM ALIMENTAÇÃO EM VIAGENS PELA COPASA

O Sindicato cobrou da Copasa uma mudança na regulamentação do valor disponibilizado para alimentação de trabalhadores que estejam em viagem pela empresa. Demonstramos à empresa que o custo da alimentação em trânsito é mais elevado e não justifica a política adotada hoje de conceder tíquete alimentação de apenas R\$ 22,00 para cobrir estes custos.

Reivindicamos da empresa que este valor seja elevado para o mesmo praticado para o tíquete restaurante, de R\$ 29,99.



Reestruturação da Copasa fica “de molho” até definição do PCCS

Os trabalhadores e o Sindicato criticaram amplamente as propostas apresentadas pela direção da Copasa para reestruturação da empresa. Além de medidas que não nos agradaram, alertamos a direção da empresa que tais alterações devem ser definidas com a implantação do novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS).

Exigimos da empresa que as mudanças atendam regras claras de promoções por mérito e antiguidade, além de reajuste da tabela salarial e fim da política de porte nos salários.

Segundo a empresa, a reestruturação irá esperar a definição do PCCS consagrando mais uma vitória da categoria para a construção de um processo administrativo transparente.

Salários tiveram incorporados 12,2% da extinta GDI

Desde 1º de outubro todos os trabalhadores tiveram incorporados nos salários 12,2% da extinta GDI plena de 16,5%. Dos 4% restantes, que ficaram para ser aferidos pela variação da margem EBTIDA, novo indicador financeiro, o Sindicato garantiu que mais 2% sejam aplicados nos salários até abril de 2016, até que tenhamos uma recuperação financeira da Copasa, diante de uma crise hídrica e situação caótica deixada pela gestão anterior.

Os trabalhadores poderão, no entanto, alcançar os 4% integrais ou além deles, caso tenhamos uma recuperação maior da margem Ebtida, que serve para que a empresa faça seus contratos. A incorporação melhora a base salarial e diminui os riscos da malfada GDI, onde os seus indicadores eram fraudados e os riscos de serem seus valores reduzidos ante a falta de investimentos e crise hídrica com redução de consumo, além da falta de recursos humanos e materiais.

MOTOCICLISTAS RECEBEM MAIS 30%

Os trabalhadores que utilizam motocicleta no deslocamento em vias públicas passaram a receber o adicional de periculosidade, em atendimento à Lei 12.997, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2014.

Através dos trabalhos da comissão constituída em nosso último acordo coletivo, o direito passou a ser reconhecido pela Copasa, com o pagamento do adicional de 30% sobre o salário nominal a partir de 1º de setembro.

Nos trabalhos foi detectado que a empresa tinha 850 motocicletas, com 3.558 credenciados, respondendo, em

2014, por 12,5% de todos os acidentes na empresa, com uma média de 15 de afastamento dos trabalhadores acidentados.

Para receber o direito, o trabalhador que usa motocicletas em vias públicas para o seu exercício profissional precisa se credenciar através do módulo PM do SAP do tipo 11, onde deve ser descrita a sua atividade, necessitando ainda da aprovação do gerente da unidade de lotação, do chefe de departamento ou superintendente da unidade e do gerente da DVSS.

PDI está prestes em ser definido pela Copasa

Em reunião com o diretor de Gestão Corporativa, Francisco Cançado, o Sindicato foi informado que já estão nos últimos detalhes a deliberação da empresa para



implementar o Plano de Desligamento Incentivado (PDI). O Conselho de Administração já apreciou e irá examinar sua aprovação.

Segundo Cançado, a empresa deverá mesmo oferecer 40% do salário nominal para cada ano trabalho (sem limite) e as regras devem ser anunciadas provavelmente no início de novembro, estipulando-se um prazo para inscrições de quem deseje ser alcançado pelo benefício.

O Sindicato cobrou que sejam realizadas as reposições das vagas abertas no PDV, bem como no PDI proposto, pois as unidades estão pressionadas pela falta de trabalhadores, ampliando as horas extras e acúmulo de serviços pendentes. Além de solicitar da empresa ampla divulgação deste regulamento em tempo hábil para maturação da decisão de cada trabalhador, para que não aja precipitação que possa prejudicar companheiros que ainda demandam tempo para alcançarem sua aposentadoria complementar pela Libertas.

Cobramos eleição direta para toda a direção da AECO

Os trabalhadores em todo o Estado continuam insistindo com o Sindicato para aprofundar a luta junto à direção da Copasa em abrir processo de "Eleição Direta" para toda a direção da AECO.

O modelo de representação na entidade está completamente exaurido, pois tem a sua formatação em uma visão autoritária de gestão, sendo o seu escopo estatutário de 1963.

Apesar de participarmos de uma Associação dos Empregados da Copasa, é a direção da empresa que continua nomeando diretores, quando deveriam ser integralmente eleitos pelos associados, que sustentam a entidade com suas contribuições mensais.

Esperamos que a mudança alcançada democraticamente na gestão do Estado inspire a empresa a fazer o mesmo e devolver AECO para ser administrada pelos seus próprios associados.

COPASA DEIXA AS ÁGUAS MINERAIS

A Copasa extingue sua participação acionária nas Águas Minerais de Minas (AGMM) e devolve os serviços nas Águas Minerais para a Codeminas, que é a concessionária e havia passado os serviços para a empresa estatal de saneamento em 2007.

Até ser definida uma nova empresa que assuma a exploração e o envasamento das águas, a Copasa deve permanecer com um contrato tampão. As águas minerais resultaram em prejuízo financeiro da ordem de R\$ 6 a R\$ 8 milhões anualmente.



Este é mais um exemplo de erros das gestões recentes da empresa e do governo tucano. O SINDÁGUA mobilizou radicalmente contra a criação das concessionárias e vai caindo uma a uma, como aconteceu com a Jaíba, agora as Águas Minerais e, ainda, a Copanor que foi um golpe contra municípios e populações mais pobre, beneficiando acionistas que ficaram com a Copasa como um filé que rende mais lucros.

O Sindicato exige que a empresa dê solução para os trabalhadores concursados e treinados, assimilando-os, de forma a garantir os seus empregos e os seus direitos.

VITÓRIA DO SANEAMENTO

AÇÃO JURÍDICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL IMPEDEM LICITAÇÃO IRREGULAR EM MONTES CLAROS

“Deu água” na licitação irregular pretendida pelo prefeito de Montes Claros, Rui Muniz, para privatizar os serviços de saneamento no município. Depois de meses de labuta jurídica, onde demonstramos o amontoado de irregularidades no processo licitatório, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais anulou o edital publicado pelo Executivo Municipal, tornando-o sem efeito.

Em um dos argumentos ao TCE, foi alegado que após 17 anos de contrato

estabelecido entre o município e a Copasa, não poderia ser anulado, pois o Art.65 da Lei de Processo Administrativo Municipal estabelece o máximo de 5 anos do “poder/dever de anular ato de que decorram efeitos favoráveis”. O edital da Prefeitura de Montes Claros tem erros grosseiros, não estando em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), além de não prever a compra de água bruta para torná-la potável e outras omissões que trariam

um verdadeiro caos para a continuidade dos serviços. O Tribunal de Contas intimou o prefeito municipal de Montes Claros, Rui Muniz e o presidente da Comissão de Licitação, Roberto Ribeiro Lopes, para comprovarem a suspensão da licitação, sob pena de multa. Após conceder liminar em processo contra a licitação, o pleno do TCE se reuniu e confirmou a anulação do edital de licitação.

MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES



O Sindicato teve papel fundamental em todo este processo para defender os serviços de saneamento em Montes Claros. Um dos pontos chave foi o empenho do Sindicato por mudança no próprio jurídico da Copasa, que teve seu comando usurpado por gente de fora durante os governos tucanos, causando uma verdadeira tragédia no acompanhamento de processos. O jurídico foi reforçado com profissional de carreira, que estava fora da empresa por não concordar com os desmandos e irregularidades internas cometidos pelos tucanos. E foi exatamente com esta nova postura que a empresa teve sua defesa levada a bom termo, com vitórias contra a licitação de Santa Luzia e, agora de Montes Claros.

O Sindicato mobilizou a comunidade contra a licitação irregular. Promoveu debates na Câmara de Vereadores, orientou seu jurídico a entrar com processo, defendeu os serviços de saneamento, esclarecendo a comunidade em Montes Claros contra a severa ameaça que caminhava para a privatização.

No dia em que a comissão de licitação tentava abrir propostas de pretendentes em pegar o serviço, o sindicato promoveu uma gigantesca mobilização, com grande participação de trabalhadores da Copasa, outras entidades representativas e fez uma estrondosa manifestação em frente à Prefeitura de

Montes Claros, ao lado da sala em que seria realizada a licitação para concessão dos serviços de saneamento no município, numa tentativa do prefeito Rui Muniz de rompimento do contrato com a empresa estatal de saneamento e repassar a responsabilidade dos serviços para empresa privada.

Em frente ao local onde era engendrado o entreguismo dos serviços de saneamento para a privatização, denunciemos as irregularidades no processo licitatório e alertamos aos eventuais participantes da licitação que poderiam estar entrando num negócio de total insegurança jurídica.

Diante de um aparato policial, os manifestantes denunciaram a séria ameaça com uma postura dura, mas de total responsabilidade, demonstrando que o Sindicato e outras instituições levarão às últimas consequências judiciais e mobilizadoras para defender o povo em seu acesso aos serviços de saneamento com qualidade.

Foi criado um grande impasse e a reunião para receber os envelopes das empresas interessadas foi suspensa. Em nota posterior, a Prefeitura de Montes Claros informou que a licitação aberta “resultou em deserta”, ou seja, ninguém apresentou proposta, manifesta acreditar ter sido motivada pela crise econômica atual.

Em Ubá, prefeito do PT repete o entreguismo

No próximo dia 19 de novembro está marcada mais uma guerra para impedir que a privatização plante raiz nos serviços de saneamento de Ubá.

Embora seja do PT e tenhamos um governador do mesmo partido eleito para comandar Minas Gerais e reverter os estragos construídos pelos tucanos, o prefeito de Ubá, Vadinho Baião, mantém posição irreversível quanto à manutenção dos serviços de saneamento nas mãos da Copasa.

Entendemos ser necessário uma ação política e de compromissos do Governo de Minas para evitar que Ubá seja entregue para a iniciativa privada e todos os males de quem busca apenas o lucro, não cabendo tal formato de exploração numa atividade essencial como o saneamento para a saúde pública.

Mais uma vez, o Sindicato se mobiliza para defender o saneamento como política pública e responsabilidade do Estado. É ainda de extrema importância a compreensão do prefeito Vadinho para a política de subsídio cruzado praticada pela Copasa, para permitir que municípios e populações mais pobres tenham acesso ao serviço e possam alcançar a tão sonhada universalização do saneamento. Perder um município como Ubá para a privatização é entregar a saúde pública nas mãos gananciosas da iniciativa privada. O prefeito e o governador de Minas certamente não querem esta nódoa de descompromisso social em seus currículos.